

REVOGADO

[Revogado pela Instrução Normativa STJ/GDG n. 12 de 8 de junho de 2015](#)



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 196, DE 22 DE ABRIL DE 2010.

Dispõe sobre o regulamento do Berçário do Superior Tribunal de Justiça.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição prevista no art. 94, inciso IX, alínea "b", do Regulamento da Secretaria,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma constante do anexo, o Regulamento do Berçário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas a [Portaria n. 105, de 27 de outubro de 2005](#), e as demais disposições em contrário.

ATHAYDE FONTOURA FILHO

ANEXO

Portaria n. 196, de 22 de abril de 2010.

REGULAMENTO DO BERÇÁRIO

Art. 1º O Berçário do Superior Tribunal de Justiça tem por finalidade oferecer à servidora nutriz espaço adequado para a amamentação, de modo a possibilitar a continuidade do aleitamento materno durante os 18 (dezoito) primeiros meses de vida da criança e, por consequência, favorecer o vínculo mãe-bebê e o desempenho profissional da servidora nos meses seguintes ao retorno da licença-maternidade, prevenindo o absenteísmo materno.

Parágrafo Único. O Berçário funciona na sede do STJ, junto à Secretaria de Serviços Integrados de Saúde.

Art. 2º O Berçário atenderá crianças com idade entre 6 (seis) e 18 (dezoito) meses, cuja mãe seja servidora do quadro permanente, requisitada ou ocupante de cargo em comissão ou função comissionada no Superior Tribunal de Justiça ou no Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo Único. A capacidade máxima de atendimento do Berçário é de 40 (quarenta) crianças.

Art. 3º O expediente do Berçário será das 7h às 19h, nos dias úteis de expediente do Tribunal.

§ 1º O Berçário não funcionará no período de recesso forense compreendido entre 20 de dezembro a 1º de janeiro.

§ 2º O período de permanência diário da criança no Berçário corresponderá à jornada de trabalho de sua mãe, respeitado o horário de expediente do Berçário.

I – Se for constatada divergência entre a jornada de trabalho da mãe e o período de permanência da criança no Berçário, a servidora será notificada.

II – Na saída serão admitidos 10 (dez) minutos de tolerância após as 19h, sendo que o atraso superior a esse prazo implicará a notificação da mãe.

a) Eventual atraso, por interesse da Administração, será analisado pela coordenação do Berçário, mediante comunicado formal da chefia da servidora nutriz.

III – Havendo reincidência nas infrações previstas nos incisos anteriores, que gerem 3 (três) notificações, no intervalo de 4 (quatro) meses, a criança será automaticamente desligada do Berçário.

Art. 4º Para se inscrever em uma vaga do Berçário, a servidora nutriz deverá comparecer ao Berçário do STJ, no prazo de 90 (noventa) dias após o nascimento da criança, e preencher a ficha de inscrição.

§ 1º A mãe que preencher a ficha de inscrição fora do prazo especificado não terá garantia de vaga.

§ 2º A servidora nutriz deverá apresentar, por ocasião da admissão no Berçário, declaração da chefia imediata constando sua jornada de trabalho.

§ 3º Ocorrendo alteração em sua jornada de trabalho, a servidora nutriz deverá comunicar imediatamente ao Berçário.

Art. 5º São requisitos para admissão no Berçário:

I – o preenchimento da ficha de inscrição, em até 90 (noventa) dias após o nascimento da criança;

a) a ficha de inscrição será invalidada, se nela não constar a data de retorno da servidora ao trabalho, bem como a data de início da adaptação do bebê ao Berçário.

II – o efetivo retorno da mãe às atividades funcionais no STJ, após o término da licença-maternidade;

III – a criança ter idade entre 6 (seis) e 18 (dezoito) meses;

IV – a apresentação de atestado médico de admissão, na semana de adaptação, fornecido por pediatra do STJ, e de cópia do cartão de vacinação atualizado;

V – a adaptação da criança ao Berçário, uma semana antes do retorno da mãe ao trabalho;

a) a adaptação ocorrerá no turno em que o bebê freqüentará o Berçário e terá a duração de 3 (três) a 5 (cinco) dias, conforme a necessidade de cada bebê;

b) o não comparecimento do bebê por 3 (três) dias, durante a semana de adaptação, sem justificativa perante a coordenação do Berçário, implicará a perda de sua vaga;

c) é vedado à mãe ausentar-se do Berçário no período de adaptação do bebê, a não ser por orientação e com autorização da coordenação do Berçário;

d) durante a semana de adaptação, a mãe passará por entrevista de admissão, quando receberá todas as informações relativas aos serviços oferecidos, e preencherá a Ficha de Identificação da Criança;

e) será dispensado da semana de adaptação o bebê cuja mãe retorne ao trabalho até o 3º (terceiro) dia útil do mês de janeiro;

f) é vedada a permanência da mãe nas salas de estimulação, exceto no período de adaptação.

Art. 6º Caso a demanda pelo Berçário ultrapasse a quantidade de vagas disponíveis, será adotada a seguinte ordem de prioridade para admissão e permanência no Berçário:

I – criança de menor idade;

a) se todas as vagas estiverem ocupadas, por ocasião de nova admissão no Berçário, será desligada a criança de maior idade, desde que tenha idade mínima de 8 (oito) meses;

b) a nova admissão somente ocorrerá quando a criança a ser desligada completar a idade mínima de 8 (oito) meses;

c) havendo duas ou mais crianças com a mesma data de nascimento, será desligada aquela que tiver maior tempo de permanência no Berçário;

II – mãe com menor remuneração;

III – local de residência mais distante.

Art. 7º O acesso ao Berçário é exclusivamente permitido:

I – aos funcionários da unidade;

II – aos membros da coordenação do Berçário;

III – às pessoas autorizadas pela equipe da coordenação;

IV – às mães, aos pais ou representantes legais dos bebês, desde que autorizados pela coordenação do Berçário.

§ 1º É obrigatório o uso, em todo o recinto do Berçário, de touca para cobrir os cabelos e protetor para pés (pró-pés).

§ 2º As pessoas autorizadas pela mãe a buscar a criança no Berçário deverão aguardar na recepção até que a criança lhes seja entregue.

§ 3º As visitas particulares às crianças por membros da família, amigos ou colegas de trabalho da mãe deverão ser realizadas no ambiente externo do Berçário e condicionadas à presença da mãe.

§ 4º Quando o pai da criança estiver legalmente impedido de visitá-la, a mãe deverá comunicar o fato à coordenação do Berçário, apresentando cópia da sentença judicial na entrevista de admissão ou a qualquer tempo, quando o impedimento ocorrer após a admissão da criança.

§ 5º Quando a criança estiver sob guarda de representante legal, somente ele terá acesso ao Berçário, mesmo que a mãe biológica se apresente no local. Neste caso, a coordenação do Berçário deverá ser comunicada, mediante apresentação de Certidão emitida por Juízo de Direito de Vara de Família.

§ 6º Havendo qualquer tentativa de acesso não autorizado às dependências do Berçário, a coordenação acionará a Secretaria de Segurança, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Art. 8º Deverão ser trazidos para o Berçário, pelas mães, os objetos de uso pessoal da criança, devidamente identificados:

- I – fraldas (descartáveis);
- II – kit higiênico (toalha de banho, sabonete, pente, xampu, etc);
- III – algodão ou lenços umedecidos;
- IV – roupas;
- V – 1 (um) lençol ou manta;
- VI – babadores;
- VII – saco plástico para roupas sujas;
- VIII – gaze (para higienização das gengivas) e escova de dentes;
- IX – pomada para assadura (opcional);
- X – caixa de lenços descartáveis;
- XI – chupeta (opcional);
- XII – medicamentos, juntamente com a receita médica.

§ 1º Só serão usadas fraldas de pano na higiene do bebê mediante solicitação médica, por escrito.

§ 2º Chupetas não serão esterilizadas no Berçário.

§ 3º Objetos e roupas não identificados serão depositados em uma caixa denominada "Perdidos e Achados", de fácil localização e acesso dentro do Berçário e ali permanecerão por 2 (duas) semanas, ao fim das quais serão doados a instituições de caridade.

§ 4º Não é permitido aos bebês o uso de jóias, exceto brincos.

§ 5º Prendedores de cabelo de elástico serão permitidos.

Art. 9º Para a administração de medicamentos, inclusive homeopáticos e nebulizações, é indispensável a apresentação de receituário médico atualizado, com a medicação e dosagens indicadas.

§ 1º A criança que apresentar temperatura acima de 37,5°C deverá permanecer em casa, sob os cuidados e orientação do pediatra da criança, retornando somente quando restabelecida sua saúde e acompanhada de atestado médico, informando o diagnóstico.

§ 2º A criança que apresentar temperatura acima de 37,5°C ou qualquer outro sintoma que necessite de avaliação durante o período em que estiver no Berçário será imediatamente encaminhada ao Serviço de Saúde do STJ e só poderá retornar ao Berçário após avaliação e liberação médica.

§ 3º A criança que apresentar enfermidade que não permita a sua permanência no Berçário poderá ser afastada temporariamente, a critério de pediatras do Serviço de Saúde do STJ.

Art. 10. A amamentação do bebê poderá ser realizada a qualquer hora.

§ 1º A partir do 6º mês, serão oferecidos, gradativamente, água e outros alimentos, distribuídos em 4 (quatro) refeições diárias:

Turno matutino:

9h - COLAÇÃO - Papinha de frutas

12h - ALMOÇO - Sopa

Turno vespertino:

14h - LANCHE - Papinha de frutas

17h - JANTAR - Sopa

§ 2º Haverá tolerância de 30 (trinta) minutos para a chegada do bebê ao Berçário para as refeições. Após esse período, as papinhas serão recolhidas e eliminadas.

§ 3º Não será permitida a entrada de gêneros alimentícios que não sejam os previstos no cardápio, processados na cozinha do Berçário e autorizados pela Seção de Assistência Nutricional.

§ 4º Não será permitido o uso de mamadeira, bem como seu preparo na copa do Berçário. Casos especiais serão analisados pela Seção de Assistência Nutricional.

§ 5º Não será permitido que as crianças ingressem no Berçário degustando balas, biscoitos, doces, pães ou qualquer outro tipo de alimento.

§ 6º Todas as alterações na alimentação da criança, bem como solicitações de dietas específicas deverão ser comunicadas ao Nutricionista.

§ 7º Não será permitida a saída de gêneros alimentícios do Berçário (frutas, sucos, coquetéis, sopas, etc), preparados ou não.

Art. 11. A coordenação do Berçário será exercida por um Pediatra.

§ 1º A equipe técnica do Berçário será composta por auxiliares administrativos, bem como por profissionais das seguintes áreas:

I – pediatria;

II – pedagogia;

III – psicologia;

IV – nutrição;

V – enfermagem.

Art. 12. A criança será desligada do Berçário:

I – por decisão dos pais;

II – ao completar a idade de 18 (dezoito) meses;

III – com o afastamento do Tribunal da mãe ou representante legal da criança, por qualquer motivo;

IV – na ocorrência do previsto no art. 6º, inciso I, alínea a;

V – por ausência de 10 (dez) dias consecutivos, sem comunicação à coordenação do Berçário;

VI – após a emissão da terceira notificação de advertência, decorrente de infrações previstas no art. 3º, § 2º.

Parágrafo Único. Quando do desligamento, a mãe passará pela entrevista (pesquisa de opinião) de desligamento, onde serão colhidas informações e sugestões para o planejamento futuro.

Art. 13. Será mantido livro de ocorrências para registro de fatos estranhos à rotina do Berçário, bem como reclamações e sugestões de usuários, possibilitando a

REVOGADO

recuperação de operações e adoção de medidas preventivas ou corretivas por parte da coordenação do Berçário.

Art. 14. Em caso de reincidência de doenças infecciosas, o Berçário será fechado por 2 (dois) dias para desinfecção do ambiente.

Art. 15. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regulamento serão solucionados pelo titular da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde.